

Um mundo sem fronteiras: O sonho acabou?¹⁷¹

Silvia Bittencourt ¹⁷²

Quando pensamos em um “mundo sem fronteiras”, sem dúvida essa ideia soa utópica, até mesmo ingênua: um mundo onde as pessoas possam escolher onde viver, regido por princípios democráticos, de igualdade e solidariedade, com cidadãos produtivos e Estados que lhes garantam uma qualidade razoável de vida.

Considerando o processo de integração europeia, que culminou nesse grande projeto chamado União Europeia, podemos dizer que esse mundo sem fronteiras, pelo menos aqui, se tornou em parte realidade. Como vivo na Alemanha há quase 30 anos, acho importante falar neste debate dessa ideia e dessa realidade que eu conheço, a de uma Europa sem fronteiras, mas também dos problemas que o continente vem enfrentando.

Em primeiro lugar, gostaria de contar rapidamente como foi este processo de integração _ até então inédito na história milenar da Europa, pois ele ocorreu de forma pacífica.

Essa ideia surgiu logo depois da Segunda Guerra Mundial, em 1946, quando Winston Churchill tentou mobilizar políticos europeus para a formação do que ele chamou de “Estados Unidos da Europa”. A partir de então, vários tratados começaram a delinear o processo de integração econômica do continente. Precisamos lembrar que este se encontrava devastado, devido a uma guerra que matara mais de 50 milhões de pessoas.

Por trás estava a ideia de que a integração econômica colaboraria com o crescimento econômico da região, consequentemente com a melhoria da qualidade de vida dos europeus, e – mais importante - de que isto tudo levaria à sua união política, garantindo a paz entre aqueles países. É importante frisar que nestes 70 anos de história da União Europeia nunca o continente registrou um período tão longo de paz.

O ponta-pé inicial para a integração europeia foi dado pela França, Alemanha, Itália e pelos Países Baixos, em 1950. Nos anos e décadas seguintes, o

¹⁷¹ Trabalho apresentado na mesa de encerramento “Um mundo sem fronteiras: o sonho acabou?” no II Simpósio Bial SBPSP “Fronteiras da Psicanálise: a clínica em movimento”, no dia 29 de agosto de 2020.

¹⁷² Jornalista e historiadora, colaboradora do jornal “Folha de São Paulo” e docente da Universidade de Heidelberg. Autora de *A cozinha venenosa- um jornal contra Hitler*.

número de países foi crescendo, concentrados na Europa Ocidental, já que o continente estava dividido pela chamada “cortina de ferro”, uma das marcas da Guerra Fria.

O auge desse processo de integração aconteceu em dois momentos: a partir de 1989, quando caiu o Muro de Berlim – e a União Europeia se abriu para os Estados do Leste –, e em 2002, com a introdução do euro como papel moeda em 12 países. Hoje a União Europeia reúne 27 Estados e entre eles as fronteiras estão abertas.

A meu ver, o projeto europeu foi e é algo revolucionário. Pois se até a metade do século passado a identidade de um cidadão era marcada pela ideia de nação, agora ele deve se compreender também como europeu. Esse processo de integração não foi fácil. Ele teve que superar vários obstáculos: entre eles uma opinião pública insegura, temerosa de assistir a órgãos supranacionais se intrometendo em questões que afetariam o dia-a-dia dos cidadãos de cada país – por exemplo, com sua política financeira, agrária, ambiental. Esse processo também enfrentou crises econômicas graves, como se viu na Grécia, na Itália e na Espanha, alguns anos atrás.

Mas os momentos mais difíceis, na minha opinião, foram a crise dos refugiados e o Brexit. Estes acontecimentos abalaram de certa forma o projeto europeu, pois levaram alguns Estados a se fechar um para o outro. O mesmo acontece com a atual crise do coronavírus, que diferentemente das outras é uma “catástrofe natural”, mas também acabou provocando esse “fechamento”.

A crise dos refugiados

Entre julho de 2015 e março de 2016, mais de um milhão de refugiados pediram asilo só na Alemanha. O mundo todo assistiu às cenas na estação de trem de Munique, mostrando os alemães recebendo os refugiados com cartazes e braços abertos. E não só aqui, mas em vários países da Europa, se viu uma onda enorme de solidariedade aos imigrantes recém-chegados.

Revendo estas cenas, relendo jornais daquelas primeiras semanas da chegada dos refugiados, seria possível acreditar, sim, de que havia ali um espaço para a utopia: encontramos declarações extremamente otimistas da chanceler Angela Merkel sobre a possibilidade de integração dos refugiados, encontramos

representantes de vários partidos falando de uma política de asilo mais liberal, assim como políticos e ativistas se mobilizando para tornar mais seguras as rotas de fuga daquelas famílias. Entretanto, essa fase otimista durou pouco: em algumas semanas o clima mudou da euforia para a insegurança. As notícias passaram a ser de alojamentos lotados, conflitos com a polícia, ataques xenófobos e aumento da criminalidade.

Não surpreende então que a partir daquele verão e outono de 2015 os partidos de extrema-direita de praticamente toda a Europa se fortaleceram. Estes partidos já vinham crescendo desde a crise financeira de 2008, que deflagrou uma onda antiglobalização sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. E aqui a crise dos refugiados intensificou esse processo. Foi o caso do partido alemão AfD (Alternativa para a Alemanha), que radicalizou seu discurso nacionalista e xenófobo para atacar a política migratória do governo Merkel. A AfD logo passou a sair nas ruas, exigindo o fechamento das fronteiras internas e um recrudescimento das medidas de segurança dentro da Alemanha. E foi com esse discurso que o partido conseguiu mobilizar uma massa de gente.

A AfD surgiu em 2013, mas a partir da crise dos refugiados, cinco anos atrás, ela passou a ter uma votação expressiva em todo o país e em todos os níveis, inclusive para o Parlamento Federal. Pela primeira vez na história da Alemanha do Pós-Guerra o país tem, então, um partido populista de direita forte: uma agremiação que reúne políticos próximos a grupos neonazistas, que em seu discurso ataca instituições democráticas da Alemanha e da União Europeia, e que ataca a imprensa tradicional chamando-a de “mentirosa” – como Adolf Hitler fazia nas suas campanhas nos anos 20, antes de chegar ao poder.

O fortalecimento da AfD (e de agremiações de extrema-direita de outros países, como a França e a Itália) mostrou a insegurança e o medo dos europeus em relação aos refugiados. E o crescimento desses grupos acabou pressionando os partidos tradicionais a voltarem atrás nas suas posições mais liberais. Aquela Europa sem fronteiras voltou a se fechar em seus Estados nacionais (em vários pontos do continente fronteiras internas passaram a ser controladas), manteve rígida sua política de asilo e se tornou palco de cenas até então inimagináveis, como as cenas de autoridades italianas proibindo embarcações lotadas de refugiados de atracar em seus portos no Mediterrâneo.

Acho importante também mencionar os casos da Hungria e da Bulgária, dois Estados membros da União Europeia, que fecharam suas fronteiras com muros e cercas de arame e passaram a patrulhá-las com soldados ou até mesmo milícias. Nos dois países os refugiados foram confinados em campos de internamento e enfrentaram protestos xenófobos por parte da população. Até hoje a União Europeia se vê às voltas com os governos autoritários e nacionalistas da Hungria e da Bulgária – afinal, a União Europeia tem seu fundamento nos valores democráticos, nos princípios de liberdade e solidariedade e no respeito aos direitos humanos.

Brexit

Não bastasse essa situação, em plena crise dos refugiados o continente foi pego de surpresa pelo Brexit. No plebiscito de junho de 2016, os britânicos votaram por sua saída da União Europeia, abrindo assim a primeira grande crise institucional da organização.

Até hoje analisam-se as causas do Brexit. É fato que a campanha a favor do Brexit foi movida à base de muita desinformação e fake news sobre supostas vantagens da separação. Além disso, seu discurso nacionalista atraiu simpatizantes. Foi um discurso quase que nostálgico, de uma Grã-Bretanha se libertando das amarras europeias para recuperar “a grandeza” que o país desfrutara no passado. Mas certamente também desempenhou um papel importante o medo dos britânicos frente a uma Europa aberta aos refugiados. Não podemos esquecer que, enquanto os os britânicos votavam a favor do Brexit, milhares de refugiados se aglomeravam em Calais, no norte da França, tentando chegar na Grã-Bretanha de barco ou pelo Eurotúnel.

A crise do coronavírus

Lendo alguns textos sobre a ideia de um “mundo sem fronteiras”, vários adeptos desta teoria ficam em dúvida frente a uma única questão: e no caso de uma pandemia?

Bem, desde janeiro deste ano, esse caso tornou-se uma triste realidade com o coronavírus. O coronavírus causou um choque no mundo globalizado, que há

décadas vinha rompendo suas fronteiras no nível tecnológico, econômico, comercial – contribuindo para a própria expansão do vírus.

O coronavírus passou a proliferar na Europa já a partir do final de janeiro, mas foi com o grave aumento dos casos na Itália que muitos países da União Europeia decidiram, em março, decretar medidas restritivas radicais: a imposição para a população de um “lockdown”, ou seja, o isolamento em casa, e – mais uma vez – o fechamento das fronteiras internas. No caso da Alemanha, essas medidas mais restritivas duraram dois meses. Nesse período foi grande a pressão para que o governo reabrisse as fronteiras o quanto antes: os alemães não estavam mais acostumados a viver com suas fronteiras fechadas e controladas.

Um ponto interessante é que a crise do coronavírus atingiu toda a Europa, mas as medidas contra a expansão do vírus foram decididas em nível nacional, com cada país procurando as suas soluções. Não houve uma política europeia de combate ao coronavírus – quem apareceu para proteger seus cidadãos não foi Bruxelas, que é a sede da União Europeia, mas sim os Estados nacionais. Bruxelas aparece só agora, decidindo e coordenando a ajuda financeira que os países mais prejudicados pela crise vão receber.

Podemos nos perguntar então até onde vai essa integração política europeia. Pois no caso de grandes crises, vimos os países se fechando um para o outro. É possível que a crise do coronavírus dê ainda mais fôlego aos grupos nacionalistas europeus, adeptos do fechamento de fronteiras, do protecionismo, do fortalecimento da economia nacional (como estamos observando já há tempos no governo de Donald Trump, que vem transformando os Estados Unidos numa fortaleza). Mas precisamos aguardar como isto vai evoluir nos próximos meses aqui na Europa, já que muitas eleições foram adiadas.

Brasil

Antes de concluir, considero importante mencionar a situação no Brasil. Desde janeiro do ano passado, o Brasil é governado por um político populista de direita. Seu discurso lembra muito o discurso dos partidos populistas europeus, pois é nacionalista, autoritário e despreza os valores da democracia. O Brasil não tem um governo que agrega (e este foi o nosso tema aqui: a ideia de agregar, unir, buscando o desenvolvimento e a paz). O Brasil tem agora um governo que segrega,

que se isola entre seus apoiadores e que exclui todos os grupos que dele discordam ou o contestam: os adversários políticos, as minorias, os intelectuais, os cientistas, a imprensa.

Fora do Brasil, Jair Bolsonaro pode até encontrar algum apoio entre seus pares (Trump nos EUA, Netanyahu em Israel, Viktor Orbán na Hungria). Mas por seu discurso a favor da exploração econômica da Amazônia, pelo emprego consequente de fake news nas redes sociais e, finalmente, por seu comportamento irresponsável na crise do coronavírus, o presidente brasileiro é visto com espanto e preocupação pelo resto do mundo.

É verdade que Bolsonaro até costuma pregar a abertura comercial do país para o exterior e pôde comemorar, no ano passado, a assinatura do Acordo do Mercosul com União Europeia (não quero entrar aqui em detalhes sobre este acordo, mas todo acordo comercial pode ser encarado como uma ponte entre países ou regiões). Mas a ratificação desse acordo depende da aprovação, nos próximos meses, do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais de cada país nele envolvido. E isto será muito difícil do lado europeu, sobretudo por causa das medidas antiambientais do governo brasileiro.

São vários os partidos e ONGs que temem o impacto ambiental do acordo sobre as comunidades indígenas da Amazônia e duvidam do compromisso de Bolsonaro de proteger a floresta. Por isso eles vêm organizando protestos, pressionando os políticos europeus para que impeçam a ratificação e de certa forma influenciando a opinião pública europeia, ainda chocada com as cenas das queimadas na Amazônia. Na minha opinião, se Bolsonaro não mudar radicalmente sua política ambiental e sua postura em relação à democracia e às minorias, o Brasil não conseguirá evitar seu isolamento internacional.

Conclusão

Todas estas grandes crises aqui mencionadas não dão muito espaço para acreditarmos, pelo menos a curto prazo, numa mudança radical em direção a um mundo melhor. Mas acredito, sim, que haja espaço para a luta em prol da democracia, da justiça, dos direitos humanos.

Considero muito importante, por exemplo, o papel que a imprensa vem desempenhando nesse momento. A meu ver, a imprensa aqui na Europa e no

Brasil, mesmo com seus defeitos, está cumprindo o seu papel de criticar e de fiscalizar as ações de governos, partidos e empresas.

Enquanto muitos apregoam o fim do jornalismo nesta era digital, na qual qualquer um pode divulgar o que bem entende nas redes sociais, acredito muito no jornalismo investigativo, que vem revelando, por exemplo, como funcionam as máquinas de fake news dos grupos e governos populistas de direita em todo o mundo. Também acredito muito no jornalismo científico, que está numa verdadeira empreitada contra as mais diversas teorias conspiratórias sobre a Covid-19.

Finalmente, lembrar da última eleição para o Parlamento europeu também dá margem ao otimismo. Ela aconteceu em maio do ano passado e foi a primeira eleição sob o trauma da crise dos refugiados e do Brexit. Nesse pleito, os partidos populistas de direita permaneceram fortes, como já se esperava. Mas ali também pudemos observar dois fenômenos importantes:

1. A grande maioria dos eleitores ainda votou pelos partidos democráticos e pró-europeus - e entre os mais bem-sucedidos estavam os partidos verdes, sobretudo da França e da Alemanha. A boa votação dos Verdes mostrou como a questão climática, a questão de um desenvolvimento sustentável e até mesmo o futuro da Amazônia são importantes para o eleitorado europeu (sobretudo o eleitorado jovem).

2. O comparecimento às urnas foi de mais de 50% - o mais alto índice registrado nos últimos 20 anos. Quantas vezes se reclamou da falta de ânimo dos europeus para a União Europeia, seu desinteresse pelo Parlamento Europeu! Quantas vezes se apregoeou aqui na Europa a chamada “fadiga da democracia”? Quem sabe não foi justamente essa ameaça representada pelos partidos populistas de direita, quem sabe não foi o trauma do Brexit que motivaram os europeus a comparecer às urnas e a votar a favor desse grande projeto que é a União Europeia.